

---

# FATORES DETERMINANTES DA INTANGIBILIDADE EM COMPANHIAS ABERTAS FAMILIARES

---

## *DETERMINANT FACTORS OF INTANGIBILITY IN FAMILY PUBLICLY TRADED COMPANIES*

---

**Antonio Rodrigues Albuquerque Filho**

*Mestrando em Administração e Controladoria pela  
Universidade Federal do Ceará – UFC  
Endereço: Av. da Universidade, 2431 - Benfica -  
CEP 60020-180 - Fortaleza - CE  
Telefone: (85) 3366-7816  
E-mail: antoniofilhoufc@hotmail.com*

**Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo**

*Doutora em Ciências Contábeis e Administração  
pela Universidade Regional de Blumenau – FURB;  
Professora da Universidade Estadual Vale do  
Acará – UVA  
Endereço: Av. da Universidade, 850 - Bairro  
Betânia - CEP: 62040-370 – Sobral/CE  
Telefone: (88) 3677-4271  
E-mail: francymacedo2011@gmail.com*

**Geovanne Dias de Moura**

*Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela  
Universidade Regional de Blumenau – FURB;  
Professor do Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Contábeis e Administração da  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó –  
UNOCHAPECÓ  
Endereço: Servidão Anjo da Guarda, nº 295-D,  
Bairro Efapi - CEP: 89809-900 – Chapecó - SC  
Telefone: (49) 3321-8000  
E-mail: geomoura@terra.com.br*

*Recebido: 19/03/2018    Aprovado: 14/07/2018  
Publicado: 30/08/2018*

**Denise Rose Bracht Fank**

*Mestre em Ciências Contábeis e Administração pela  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó –  
UNOCHAPECÓ  
Endereço: Servidão Anjo da Guarda, nº 295-D, Bairro  
Efapi - CEP: 89809-900 – Chapecó - SC  
Telefone: (49) 3321-8000  
E-mail: denisefank@unochapeco.edu.br*

**Eder Luis Heberle**

*Mestre em Ciências Contábeis e Administração pela  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó –  
UNOCHAPECÓ  
Endereço: Servidão Anjo da Guarda, nº 295-D, Bairro  
Efapi - CEP: 89809-900 – Chapecó - SC  
Telefone: (49) 3321-8000  
E-mail: eder.heberle@unochapeco.edu.br*

---

## RESUMO

O objetivo do estudo consistiu em analisar os fatores determinantes da intangibilidade em companhias abertas familiares listadas na B3. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa dos dados, que se referem ao período de 2010 a 2015, de uma amostra composta por 154 companhias familiares. Os resultados demonstraram que as empresas do setor de telecomunicações foram as que apresentaram o maior índice médio de intangíveis no ano de 2010 a 2013, enquanto as empresas do setor de bens industriais se destacaram nos anos de 2014 e 2015. Observou-se ainda que dentre os fatores governança, competitividade, tamanho e crescimento, descritos na literatura como influenciadores do nível de intangibilidade das empresas, somente a governança e o tamanho influenciaram positivamente, enquanto a competitividade e o crescimento não. Ao final, concluiu-se que

quanto melhor forem as práticas de governança e maior o tamanho das empresas, consequentemente, maior será o nível de intangibilidade.

**Palavras-chave:** Fatores determinantes. Intangibilidade. Companhias abertas familiares.

## **ABSTRACT**

---

*This study aims to analyze the determinants of intangibility in publicly traded companies listed on B3. A descriptive study was carried out, through documentary analysis and quantitative data approach, referring to the period from 2010 to 2015, of a sample composed of 154 family companies. The results showed that companies in the telecommunications sector were those with the highest average intangible index in the year 2010 to 2013, while companies in the industrial goods sector stood out in the years 2014 and 2015. It was also observed that among the factors governance, competitiveness, size and growth, described in the literature as influencers of the level of intangibility of companies, only governance and size positively influenced their level of intangibility, while competitiveness and growth did not. In the end, it was concluded that the better the governance practices and the greater the size of the companies, the higher the level of intangibility.*

**Keywords:** Determinant factors. Intangibility. Family publicly traded companies.

## **1 INTRODUÇÃO**

Em um ambiente altamente competitivo, caracterizado pela era do conhecimento (MOURA; FANK; VARELA, 2012), intensa concorrência empresarial (MOURA; THEISS; CUNHA, 2014) e pela necessidade permanente de maior qualidade e confiança nas informações contábeis (PEREZ; FAMÁ, 2006), as empresas precisam buscar meios para se manterem competitivas. Além disso, precisam dispor de um perfil inovador e, claro, que não se limitem apenas a seus ativos tangíveis (MOURA; VARELA, 2014).

Em virtude disso, a cada dia, os ativos intangíveis passam a ser mais valorizados e ganham espaço entre os ativos tangíveis das empresas, sendo reconhecidos como fontes de vantagem competitiva e por contribuírem para o aumento de valor da organização (MACHADO; FAMÁ, 2011; LEITE; SANTOS, 2013; MARIN; LISZBINSKI; KRONBAUER, 2015).

Ressalta-se que a partir do momento em que as organizações passaram a ter acesso, relativamente fácil, a aquisição de ativos corpóreos, o que passou a distingui-las, umas das outras, foi a sua carteira de ativos intangíveis (KAYO et al., 2006), que dentre outras definições, são reconhecidos como um direito a benefícios futuros e um fator de diferenciação competitiva (LEV, 2001; KAYO, 2002; PEREZ; FAMÁ, 2006; RITTA; ENSSLIN, 2010; TAVARES, 2010; MOURA, 2011; MOURA, THEISS; CUNHA, 2014).

No Brasil, o registro dos ativos intangíveis no balanço patrimonial das empresas recebeu maior atenção, principalmente após a Lei nº 11.638/2007, quando, então, tais ativos passaram a figurar em uma conta específica. O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1, 2010), que possui correlação com a International Accounting Standard (IAS) 38, especificou os critérios de reconhecimento e mensuração dos intangíveis, exigindo, ainda, a divulgação de informações relevantes.

Diante do exposto, nota-se que as organizações agem com a intenção de maximizar seus benefícios, uma vez que, apresentar diferenciais em um ambiente altamente competitivo é crucial para a sobrevivência. Nesse cenário, se incluem as empresas familiares que possuem como características apresentar objetivos convergentes aos interesses das famílias, que correspondem principalmente à sobrevivência da empresa e a maximização de seu valor no longo prazo (SHYU, 2011; BRIGHENTI; CHIARELLO; ROSA, 2014).

A crescente representatividade dos intangíveis no patrimônio das empresas como diferencial competitivo e gerador de valor trouxeram esses ativos para o centro da atenção dos investidores nacionais e internacionais. Portanto, a aquisição desse tipo de ativo pode estar associada a diversos fatores, como o tamanho da empresa (KAYO et al., 2006; SURROCA; TRIBÓ; WADDOCK, 2010; MOURA; THEISS; CUNHA, 2014; MEDRADO et al., 2016), crescimento (ARRIGHETTI; LANDINI; LASAGNI, 2014; ASTAWA; SUDIKA; YULIARMI, 2015), competitividade (MOURA; MECKING; SCARPIN, 2013; MOURA et al., 2018) e governança corporativa (SILVEIRA, 2004; COUTO, 2009; MOURA; VARELA; BEUREN, 2014).

Assim, surge a pergunta de pesquisa que orienta este estudo: Quais são os fatores determinantes da intangibilidade em companhias abertas familiares listadas na B3? Nessa perspectiva, o estudo objetivou analisar os fatores determinantes da intangibilidade em companhias abertas familiares listadas na B3.

A justificativa para a realização deste estudo decorre, dentre outras, dos ativos intangíveis serem um diferencial competitivo e incrementar valor na geração de riqueza das empresas (STEWART, 1998; SVEIBY, 1998; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; LEV, 2001; KAYO et al., 2006; KAYO; TEH; BASSO, 2006; PEREZ; FAMÁ, 2006; SRIRAM, 2008; ROLIN, 2009; MACHADO; FAMÁ, 2011; MOURA, 2011; DECKER et al., 2013; LEITE; SANTOS, 2013; MARIN; LISZBINSKI; KRONBAUER, 2015; MOURA, et al., 2018).

Também, pela grande relevância das empresas familiares no Brasil, uma vez que possuem alta participação no mercado de capitais de países emergentes, apresentando maior representatividade do que nos países desenvolvidos (SILVA; MAJLUF, 2008). Além do que, de acordo com Martin-Reyna; Duran-Encalada (2012), o tema de empresas familiares é bastante escasso no Brasil e pouco desenvolvido, pois, o número de pesquisas que abordam sobre negócios familiares ainda é reduzido.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta os posicionamentos teóricos e empíricos que servirão de base para o desenvolvimento da linha de raciocínio da pesquisa. Inicialmente, apresentam-se ponderações sobre as empresas familiares. Na sequência, discorre-se sobre os ativos intangíveis. Por último, evidenciam-se os fatores determinantes da intangibilidade.

### 2.1 Empresas familiares

No Brasil, embora a abordagem de assuntos relacionados às empresas familiares seja ainda escassa, aos poucos a relevância em quantidade e proporção das pesquisas tem se elevado. Na literatura internacional, nas últimas décadas, houve um aumento nas publicações com foco neste tipo de organização (BASCO, 2010; BACK; MAZON, 2012; BORGES et al., 2016). No entanto, de acordo com Anderson e Reeb (2003), embora haja um aumento no número de pesquisas abordando os empreendimentos familiares, é difícil encontrar um consenso na definição de empresa familiar.

Um dos precursores no assunto e um dos primeiros a apresentar um conceito de empresa familiar, segundo Moraes, Barone e Pinto (2011), foi Donnelley em 1967. Conforme Donnelley (1967), uma organização pode ser considerada familiar quando tem sua existência atrelada a uma família, no mínimo, durante duas gerações e com ligações familiares que promovam dentro da empresa influência sobre os objetivos, diretrizes empresariais e interesses da família.

Lodi (1998) delimitou essa extensão longitudinal ligando a definição ao processo de sucessão da administração, nas quais as características institucionais da empresa identificam-se com um sobrenome

de família ou de seu fundador. Leone (1991) conceituou empresa familiar como tendo seu início em um membro da família, cujos valores perduram na organização.

Conforme Anderson e Reeb (2003), as empresas familiares são aquelas que possuem membros da família atuando como integrantes da direção e/ou com parte das ações da companhia. Portanto, fica clara a característica da propriedade e participação na gestão. Definição similar é destacada por Mok, Lam e Cheung (1992) e Shyu (2011) que caracterizam empresa familiar como uma companhia em que uma família possui dez por cento ou mais das ações e que os integrantes da família ocupam cargos no conselho. A partir dessa definição, nota-se os atributos da propriedade (majoritária ou minoritária) e a influência da família na empresa por meio do conselho (BRIGHENTI; CHIARELLO; ROSA, 2014).

Para La Porta, Lopez-de-Silanes e Shleifer (1999) a estrutura de propriedade pode ser definida como familiar se um indivíduo ou uma família é o acionista controlador (proprietário final), com participação direta ou indireta. Os autores ressaltam que a definição depende dos direitos de voto, ou seja, é importante saber quem controla a companhia, para então defini-la como familiar, dispersa, estatal, ou outro tipo, por exemplo.

Em suma, por meio das pesquisas já realizadas com empresas familiares destacam-se como características principais as ações da empresa em posse de uma família (ANDERSON; REEB, 2003; MOK; LAM; CHEUNG; SHYU, 2011; BRIGHENTI; CHIARELLO; ROSA, 2014) e a participação influente da família no conselho da organização (LEONE, 1991; LODI, 1998; ANDERSON; REEB, 2003; SHYU, 2011). Uma terceira característica, pouco visível, porém, com destaque em algumas pesquisas, como as realizadas por Donnelley (1967), Leone (2005) e Brighenti, Chiarelle e Rosa (2014) é a sucessão de cargos por integrantes da mesma família.

Leone (2005), em âmbito internacional, apresenta três vertentes que definem as empresas familiares: 1) estar associada ao nível de propriedade, em que o controle da organização é detido por uma família; 2) atrelada ao nível de gestão, em que os cargos altos como os do conselho, por exemplo, são ocupados por integrantes da família; 3) a sucessão, em que a segunda geração da família assume os cargos deixados pelos antecedentes da família.

A sobrevivência da companhia, de acordo com Shyu (2011), é a principal preocupação da família, cujo objetivo dos seus integrantes é a maximização do valor da organização no longo prazo. Para o autor, esta característica pode contribuir na redução dos custos da empresa de forma mais eficaz que nas companhias não familiares.

## 2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são considerados o grupo do ativo das empresas que promovem as maiores discussões no que tange a mensuração, estimação da vida útil e, sobretudo, na apuração de seu reconhecimento (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Para Kayo, Teh e Basso (2006) o interesse por tais ativos vem crescendo consideravelmente ao longo dos anos e essa ascendência deve-se ao incremento de valor que os mesmos proporcionam na geração de riqueza das organizações.

Embora os intangíveis sejam um dos temas principais nas organizações do Brasil e do mundo, assim como nas diversas pesquisas científicas (como por exemplo, MARIN; LISZBINSKI; KRONBAUER, 2015), também é um dos assuntos mais complexos da teoria da contabilidade, iniciando-se pela dificuldade em definir seu conceito (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Para autores como Martins (1972), Sveiby (1998), Antunes (2004), Perez e Famá (2006) e Moura, Theis e Cunha (2014), ativo intangível é utilizado como sinônimo de recursos intangíveis, ativos intelectuais, ativos invisíveis e capital intelectual.

Para Martins (1972), os intangíveis caracterizam-se pelo elevado grau de incerteza acrescentado por eles na avaliação dos resultados futuros. Perez e Famá (2004), Machado e Famá (2011) e Nascimento

et al. (2012), destacam que os intangíveis são ativos sem existência física que proporcionam direitos e benefícios futuros, além de representarem grande diferencial competitivo.

Segundo Lev (2001), os intangíveis são classificados de acordo com o fato gerador, ou seja, o meio que provocou seu surgimento ou aumento. Dessa forma, a classificação adotada pelo autor resume-se em três tipos: “(1) inovação; (2) recursos humanos; e (3) desenhos organizacionais.” Kayo (2002) por sua vez, classifica os intangíveis em: ativos humanos, de inovação, estruturais e de relacionamento.

Diferentemente dos autores citados, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) agrupa os intangíveis de maneira ampla, sendo estes divididos em cinco grupos, além do goodwill. Eles são os seguintes: ativos intangíveis relacionados a *marketing*, relacionados a clientes, relacionados as artes, baseados em contratos e baseados em tecnologia.

Quanto à sua mensuração, Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam a dificuldade de se medir os intangíveis, especialmente quando não são identificáveis ou separáveis. Portanto, conforme os autores, a entidade pode optar, em algumas circunstâncias, pelo método de custo ou pelo método de reavaliação, desde que este último não esteja restringido por lei ou norma legal.

No Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1, 2010), consta que os intangíveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física, que sejam controlados pela empresa e geradores de benefícios econômicos futuros. É importante destacar que, caso haja a contabilização de um ativo pelo método de reavaliação, determina-se que os demais ativos pertencentes à mesma classe devem também ser assim contabilizados, a exceção ocorre quando existir um mercado ativo para tais itens (CPC 04 R1, 2010).

Já para o reconhecimento, Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que são utilizadas as mesmas regras válidas para todos os ativos, o que justifica que os intangíveis não deixam de ser ativos por simplesmente não possuírem substância física. O CPC 04 (R1, 2010) destaca que os intangíveis exigem dois critérios preponderantes para que possam ser reconhecidos: a) os futuros benefícios econômicos esperados, a favor da organização, devem ser comprovados; b) o custo do ativo deve ser mensurado com confiabilidade. Ressalta-se ainda que a evidenciação de informações dos ativos intangíveis é uma forma da companhia mostrar maior segurança e promover melhor simetria nas informações repassadas para os clientes, fornecedores, governo e *stakeholders* (MOURA, 2011).

### 2.3 Fatores determinantes dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis vêm se destacando ascendentemente no cenário empresarial, conforme pode ser verificado em diversas pesquisas (KAYO et al., 2006; PERES; FAMÁ, 2006; DECKER et al., 2013; MOURA; THEISS; CUNHA, 2014). Além disso, a representatividade dos intangíveis no patrimônio das companhias como diferencial competitivo e provedor de valor, tornaram esses ativos um tema de destaque em todo o cenário mundial.

Portanto, a aquisição destes ativos pode estar associada a diversos fatores, como por exemplo, o tamanho da empresa (KAYO et al., 2006; SURROCA; TRIBÓ; WADDOCK, 2010; MOURA; THEISS; CUNHA, 2014; MEDRADO et al., 2016), crescimento (ARRIGHETTI; LANDINI; LASAGNI, 2014; ASTAWA; SUDIKA; YULIARMI, 2015), competitividade (MOURA; MECKING; SCARPIN, 2013; MOURA et al., 2018) e governança corporativa (SILVEIRA, 2004; COUTO, 2009; MOURA; VARELA; BEUREN, 2014).

De acordo com Kayo et al. (2006) e Moura, Theiss e Cunha (2014), a partir de determinado tamanho, a forma de a empresa crescer passa a ser por meio do investimento em intangíveis, vez que, para Lev (2001), os ativos tangíveis possuem capacidade de produção limitada. Grandes empresas, conforme Arrighetti, Landini e Lasagni (2014), possuem mais incentivos para investir, além de maior capacidade para suportar as incertezas associadas aos investimentos em ativos intangíveis, no comparativo com empresas menores.

Autores como Tsai, Lu e Yen (2012) e Moura et al. (2018) descrevem que quando uma empresa apresenta um maior índice de crescimento, é sinal de que essa empresa possui maiores oportunidades para se desenvolver, aumentar o valor e, conseqüentemente, precisará de diferenciais como ativos intangíveis para continuar expandindo. Logo, o crescimento pode influenciar para um maior investimento em ativos intangíveis, visando alcançar estes objetivos (TSAI; LU; YEN, 2012).

Kayo (2002), Ritta, Ensslin e Ronchi, (2010) e Moura (2011) descrevem que os intangíveis são essenciais para as empresas e para a sociedade em geral que, cada vez mais, se tornam dependentes desses ativos que combinados com os ativos tangíveis, geram benefícios econômicos futuros e maior competitividade para aqueles que os possuem.

Em ambientes onde o nível de competição for maior, de acordo com Moura et al. (2018), as empresas tendem a realizar maiores investimentos em intangíveis e, por isso, tais ativos ganharão destaque e se tornarão mais representativos. Então, o autor infere que o nível de competitividade pode ser visto como um importante fator capaz de influenciar na representatividade dos intangíveis.

Estudos como de Silveira (2004) e Couto (2009) ressaltam que existe uma elevada correlação entre o nível dos intangíveis, o desempenho e o nível de governança das organizações. Silveira (2004) complementa descrevendo que a adoção de melhores práticas de governança é bem vista pelo mercado e isso reflete positivamente na valorização da organização.

Ademais, as práticas de governança corporativa, conforme descrevem Kent e Stewart (2008), estão contribuindo, em vários países, para uma adoção correta das novas regulamentações contábeis sobre ativos intangíveis e, ainda, para elevar os padrões de qualidade das informações e assegurar adequada comunicação com investidores sobre a implantação e desempenho desses ativos.

Portanto, percebe-se a relevância que tais ativos detêm no ambiente empresarial. Além disso, são considerados, dentre outras características, como um diferencial competitivo, gerador de riqueza e um direito a benefícios futuros. Dentro desse contexto, a evidenciação das informações, relativas a esse tipo de ativo, pelas companhias, é de crucial importância para transmitir maior segurança e confiabilidade aos investidores.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa, caracterizada como descritiva, foi realizada por meio de análise documental e abordagem quantitativa dos dados. A população é composta pelo conjunto de companhias abertas familiares listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que aquelas que exerciam atividades financeiras e as que não tinham informações necessárias para todas as variáveis utilizadas foram excluídas da amostra.

Para identificar as companhias familiares, utilizou-se neste estudo a metodologia de La Porta, Lopez de Silanes e Shleifer (1999), que rastreou a cadeia de propriedade até identificar o último acionista controlador. Consideraram como último acionista controlador aquele que, de forma direta ou indireta, possuía o controle da empresa da amostra pesquisada. Foi considerada como familiar qualquer empresa em que uma família ou um indivíduo era o proprietário final (em termos de direitos de voto), com participação mínima de 10%. Após estes procedimentos, a amostra de pesquisa analisada foi composta por 154 companhias abertas familiares.

Em relação aos ativos intangíveis, foi calculado, para cada empresa, em cada ano, o percentual dos ativos intangíveis em relação ao ativo total, assim como nos estudos de Ritta, Ensslin e Ronchi, (2010) e Moura (2011). Os dados foram obtidos por meio do banco de dados Economatica e, assim como nas demais variáveis, referem-se aos anos de 2010 a 2015. Adotou-se como marco inicial o ano de 2010 em decorrência de constituir o período inicial de adoção plena das normas internacionais de contabilidade (IFRS) no Brasil.

Em seguida, foram coletados os dados dos fatores apontados na literatura como determinantes da intangibilidade, como destacado no construto da pesquisa, apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Quadro das variáveis dependentes e independentes

Variáveis		Descrição / Como calcular	Fonte de dados	Autores de base
Independente	Intangibilidade	$\frac{\text{Ativos intangíveis}}{\text{Ativo total}}$	Banco de dados Economática	Ritta, Ensslin e Ronchi, (2010); Moura (2011)
	Governança	Companhias aberta familiar listada no IGCX: Sim = 1 Não = 0	Website da BM&FBovespa	Machado e Famá (2011); Moura, Varela e Beuren (2014)
	Competitividade	Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI)	Banco de dados Economática	Moura, Mecking e Scarpin (2013); Moura et al. (2018)
	Tamanho	Logaritmo neperiano do Ativo Total	Banco de dados Economática	Surroca, Tribó e Waddock (2010); Moura, Theiss e Cunha (2014); Medrado et al., 2016
	Crescimento	Percentual médio de crescimento das vendas dos últimos três anos	Banco de dados Economática	Kayo et. al (2006); Arrighetti, Landini e Lasagni (2014); Atawa, Sudika e Yuliarmi (2015)

Fonte: Os autores, 2018.

Nota-se no Quadro 1 que a *proxy* utilizada para governança corporativa foi o *Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada* (IGCX) da B3. O IGCX é um índice que segundo a BM&FBovespa (2016) [...] “tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que apresentem bons níveis de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da BM&FBovespa”. Então, criou-se uma variável categórica que recebeu valor “1” quando a empresa da amostra estava listada no IGCX e “0” caso contrário.

Em relação a competitividade, verifica-se no Quadro 1 que foi utilizado como *proxy* o índice de Herfindahl-Hirschman (HHI), calculado pela seguinte equação:

$$HHI = \sum_{i=1}^n \beta_i^2 \quad (1)$$

Onde,  $\beta_i$  representa o percentual do ativo total da empresa  $i$  em relação ao total da amostra. Optou-se por utilizar valores de ativo total, assim como no estudo de Moura, Mecking e Scarpin (2013), pois, conforme apontam esses autores o ativo total tem menor oscilação no decorrer dos períodos do que outras variáveis como a receita operacional, por exemplo.

É possível perceber ainda, no Quadro 1, que a variável tamanho foi medida por meio do logaritmo natural do valor contábil dos ativos totais das empresas e a variável crescimento refere-se ao percentual médio de crescimento das vendas dos últimos três anos.

Após a coleta dos dados, foi realizada a análise, utilizando-se de estatística descritiva (médias, mínimos, máximos e desvio padrão). Também se utilizou a regressão linear múltipla para verificar a influência dos fatores no nível de intangibilidade das companhias da amostra. Destaca-se que foram

observados os pressupostos de normalidade, por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov; multicolinearidade, por meio do fator de inflação de variância – VIF e Tolerance; homocedasticidade, por meio do teste de Pesarán-Pesarán; e ausência de autocorrelação serial, por meio do teste de Durbin-Watson.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção contém a descrição e a análise dos dados coletados. Primeiramente, descreve-se a representatividade dos ativos intangíveis nas empresas por ano. Em seguida, apresenta-se a representatividade dos intangíveis das empresas por setor econômico. Por fim, apresentam-se os resultados da regressão linear múltipla que possibilitou verificar a influência dos diversos fatores no nível de intangibilidade.

Ressalta-se que muitos estudos como os de Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), Moura (2011), Moura e Varela (2014) e Macêdo e Ferreira (2016) relatam sobre o aumento da representatividade dos ativos intangíveis no patrimônio das empresas, então, a Tabela 1 permite verificar o percentual dos ativos intangíveis em relação ao ativo total das companhias abertas familiares que fazem parte da amostra estudada.

Tabela 1 – Percentuais de ativos intangíveis em relação ao ativo total nas empresas no período de 2010 a 2015

Ano	Nº Empresas	Mínimo %	Máximo %	Média %	Desvio padrão
2010	154	0,00	94,50	7,21	16,99
2011	154	0,00	80,58	7,33	16,27
2012	154	0,00	87,04	6,34	15,38
2013	154	0,00	91,39	8,13	18,25
2014	154	0,00	84,45	6,89	15,05
2015	154	0,00	87,84	6,42	14,33

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, o ano de 2013 se destacou, pois, neste ano, os ativos intangíveis, em média, equivalem 8,13% do ativo total das empresas. A empresa com menor percentual era de 0% em intangíveis, porém, a empresa com maior valor investido em intangíveis possuía o equivalente a 91,39%. O desvio padrão do ano de 2013 (18,25%) evidencia que existem desigualdades nos percentuais entre as empresas.

Também se destacaram positivamente os anos de 2010 e 2011 que apresentaram percentuais médios de ativos intangíveis em relação ao ativo total equivalentes a 7,21% e 7,33%, respectivamente. No entanto, embora o ano de 2011 tenha apresentado maior registro em intangíveis com relação a 2010, apresentou um índice máximo inferior (80,50%). Os desvios padrões desses anos (2010 e 2011) foram bem próximos e quando comparados aos demais anos do estudo demonstraram elevada heterogeneidade nos percentuais de intangíveis.

O ano de 2012 registrou o menor valor médio de intangíveis do período analisado (6,34%), a companhia com menor representatividade em intangíveis registrou um valor de 0%, ao passo de que a empresa que apresentou o maior valor investido em intangíveis possuía o equivalente a 87,04%. O ano de 2015, embora tenha apresentado um dos menores valores médios em intangíveis (6,42%) dos anos analisados, foi o que registrou a menor variabilidade dos intangíveis das companhias, com um desvio padrão equivalente a 14,33%.



De modo geral, os resultados demonstraram uma grande diferença entre os percentuais mínimos e máximos, resultando em uma média de aproximadamente 7% no período de 2010 a 2015. Este resultado é inferior ao encontrado por Macêdo e Ferreira (2016) que investigaram a representatividade dos ativos intangíveis no ativo total das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) nos anos de 2010 a 2014 e obtiveram um índice de representatividade equivalente a 20%, porém é relevante destacar que a distinção de resultados pode ser decorrente da amostra analisada.

Notou-se também que o ano de 2013 destacou-se com o maior índice médio de intangibilidade, ou seja, dentro do ativo total, as companhias nesse ano possuíam a maior média em intangíveis. O maior aumento percentual de representatividade dos intangíveis se deu no ano de 2012 para 2013, a partir desse ano houve um declínio nos percentuais dos intangíveis quase na mesma proporção do aumento até chegarem a 2015 com uma média de 6,42%, o que demonstrou que as oscilações de queda e aumento foram significativas.

Na Tabela 2, estão expostos os dados sobre a representatividade dos ativos intangíveis no ativo total das empresas, no período de 2010 a 2015, de acordo com os setores econômicos da B3.

Tabela 2 – Percentuais dos intangíveis das empresas no período de 2010 a 2015 de acordo com os setores da B3

Setor econômico	Nº Empresas	2010 Média	2011 Média	2012 Média	2013 Média	2014 Média	2015 Média
Bens industriais	35	15,59	13,27	12,74	19,06	14,32	14,14
Consumo cíclico	54	1,81	1,99	2,30	3,49	2,61	2,57
Consumo não cíclico	14	5,65	6,03	5,58	8,27	4,88	5,78
Materiais básicos	24	2,75	3,66	3,09	7,47	2,63	2,48
Petróleo, gás e biocomb.	8	6,00	9,11	2,92	0,54	11,40	10,96
Saúde	6	4,16	14,54	10,33	9,06	13,64	5,49
Tecnologia da informação	3	15,44	15,36	11,43	0,09	10,14	5,53
Telecomunicações	2	22,91	18,93	18,83	10,39	2,37	0,95
Utilidade pública	8	19,02	17,44	11,95	2,64	9,87	9,36

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Nota-se na Tabela 2, em relação ao ano de 2010, que o setor econômico de telecomunicações, que possuía 2 empresas, destacou-se com o maior percentual médio, ou seja, dentre o ativo total, as empresas desse setor possuíam, em média, o equivalente a 22,91% de ativos intangíveis em 2010.

Também se destacaram positivamente em 2010 os setores de utilidade pública, bens industriais e tecnologia da informação com representatividade dos intangíveis equivalentes a 19,02%, 15,59% e 15,44%, respectivamente. Ao passo que o setor consumo cíclico, que possuía 54 companhias, destacou-se negativamente com o menor índice médio, equivalente a 1,81%. Negativamente, destacaram-se também as empresas do setor de materiais básicos, saúde, consumo não cíclico e petróleo, gás e biocombustíveis com os menores índices médios apresentados em 2010.

Quanto ao ano de 2011, o setor econômico de telecomunicações se destacou, pois, as companhias desse setor possuíam em média o equivalente a 18,93% em ativos intangíveis. Durante o ano destacaram-se também as empresas do setor utilidade pública, tecnologia da comunicação, saúde e bens industriais que registraram os maiores índices médios de intangíveis correspondentes a 17,44%, 15,36%, 14,54% e 13,27%, respectivamente.

O setor de consumo cíclico apresentou o menor índice médio correspondente a 1,99%, porém com um acréscimo com relação ao ano anterior. Os setores de materiais básicos, consumo não cíclico e petróleo, gás e biocombustível também destacaram-se desfavoravelmente com índices médios bastante reduzidos, quando comparados com os demais setores.

No ano de 2012, o setor de telecomunicações continuou sendo o destaque dentre os setores econômicos analisados, com um índice médio semelhante ao ano anterior no valor de 18,83%. Nesse ano, o menor valor médio de intangíveis foi registrado pelas empresas que compõem o setor de consumo cíclico correspondente a 2,30% que apesar do valor baixo, vem crescendo consideravelmente ao longo dos anos. Destacaram-se também com valores baixos, os setores de petróleo, gás e biocombustível, materiais básicos e consumo não cíclico assim como nos demais anos, porém com oscilações de aumento e queda em seus valores.

Ainda na Tabela 2, com relação ao ano de 2013, o setor econômico que mais se destacou foi o setor de bens industriais, com 35 companhias, registrando um índice médio de intangíveis equivalente a 19,06%, demonstrando um aumento ascendente com relação aos anos anteriores. Desfavoravelmente, destacaram-se as empresas dos setores de tecnologia da informação (0,09%), petróleo, gás e biocombustível (0,54%), utilidade pública (2,64%) e consumo cíclico (2,61%) que apresentaram os menores valores médios de intangíveis.

Em 2014, o setor de bens industriais conseguiu se manter na liderança, porém com um índice médio menor com relação ao ano anterior equivalente a 14,32%, seguida pelo setor de saúde, composto por 6 empresas, que apresentou seu maior registro de intangíveis dentre todos os anos em análise correspondente a 13,64%. Verifica-se que o setor com menor índice médio durante o ano foi o de telecomunicações registrando um valor de 2,37% demonstrando que as empresas desse setor vêm diminuindo consideravelmente o registro dos intangíveis com o passar dos anos. Destacam-se também os setores de consumo cíclico, materiais básicos e consumo não cíclico que registraram os menores índices médios.

Em relação ao ano 2015, apesar das oscilações de aumentos e quedas no registro médio dos intangíveis, destacou-se o setor de bens industriais que se manteve em equilíbrio com média 14,14%. O setor de petróleo, gás e biocombustível apesar de ter sido um dos que mais apresentaram valores baixos no registro dos intangíveis no decorrer dos anos analisados, foi o que registrou aumentos significativos durante o período de 2010 a 2015. Nesse ano os setores que tiveram os menores percentuais médios foram o de telecomunicações, materiais básicos e consumo cíclico.

De modo geral, percebe-se pelo o valor médio total dos ativos intangíveis registrados pelas companhias, que no ano de 2010 era equivalente a 10,37%, elevou-se para 11,14% em 2011, reduziu sucessivamente para 8,80% e 6,77% em 2012 e 2013, apresentou um pequeno aumento em 2014 (7,98%) e uma queda correspondente a 6,36% em 2015. Portanto apresentando uma queda de 4,01% de 2010 para 2015 e uma média geral de 8,57%.

Esse percentual é inferior ao encontrado por Moura (2011) que analisou a representatividade dos intangíveis no ativo total em uma amostra de 260 empresas de seis setores econômicos da BM&FBovespa no período de 2009 e obteve um índice médio de 17%. Os valores divergem também dos estudos realizados por Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) que investigaram a representatividade dos intangíveis no ativo total de um conjunto de empresas que apresentaram informações financeiras à BM&FBovespa e à NYSE nos anos de 2006 e 2007 e obtiveram um índice médio de representatividade equivalente a 12%, porém é importante destacar que a distinção de resultados pode ser decorrente dos critérios de formação de amostra.

Na Tabela 3 apresentam-se os coeficientes da regressão, que possibilitam analisar o poder preditivo dos fatores determinantes no nível de intangibilidade (dependente) das companhias familiares listadas na B3.

Tabela 3 - Coeficientes da equação da influência dos fatores determinantes no nível de intangibilidade das companhias abertas familiares

Variáveis	Coeficientes (estatística-t)
-----------	---------------------------------

(Constante)	<b>-13,85*</b> (-4,24)
Governança	<b>3,19*</b> (2,88)
Competitividade	-1,13 (-0,42)
Tamanho	<b>3,72*</b> (-6,71)
Crescimento	-0,01 (-0,41)
R <sup>2</sup> Ajustado	0,44
F-ANOVA	11,52*
Durbin Watson	1,89
Pesarán-Pesarán	1,68
VIF/Tolerance	<10

\* Significativo a 1%

Variável dependente: Intangíveis

Variáveis preditoras: (Constante), Governança, Competitividade, Tamanho, Crescimento

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

É possível perceber na Tabela 3 que o R<sup>2</sup> ajustado foi de 44%. O teste F-ANOVA foi significativo, ou seja, o conjunto de variáveis independentes exerce influência sobre a variável dependente. Observa-se também que o resultado da estatística de Durbin-Watson demonstra que não há problemas de autocorrelação dos resíduos, já que o seu valor foi de 1,89. O teste de comportamento dos resíduos (Pesarán-Pesarán) demonstra que o pressuposto da homocedasticidade não foi violado. E, o fator VIF e o Tolerance apresentaram valores inferiores a 10. Portanto, não houve problema de multicolinearidade entre as variáveis independentes do modelo.

Em relação aos coeficientes da equação, verifica-se na Tabela 3 que apenas as variáveis governança corporativa (3,19) e tamanho (3,72) apresentaram significância estatística. Portanto, os resultados sinalizam que, nas companhias abertas familiares que compuseram a amostra, a governança e o tamanho podem ser considerados fatores determinantes do nível de intangibilidade. Ou seja, empresas que possuem melhores práticas de governança corporativa e maior tamanho, possuem maiores percentuais de ativos intangíveis em relação aos seus ativos totais.

A partir dos resultados apresentados, verifica-se que o nível de intangibilidade aumenta de acordo com o tamanho da empresa. Por conseguinte, esse resultado vai ao encontro dos resultados do estudo sobre a divulgação dos ativos intangíveis de Silva et al. (2012) que analisaram a divulgação dos ativos intangíveis nas contas consolidadas de sete bancos portugueses e sete bancos espanhóis, no período de 2006 a 2009, Brighenti, Chiarello e Rosa (2014) que investigaram a divulgação dos ativos intangíveis em empresas familiares listadas na BM&FBovespa, no período de 2010 a 2012 e Kayo et al. (2006) que analisaram os possíveis determinantes econômico-financeiros da intangibilidade das empresas brasileiras.

Ressalta-se também que o nível de ativos intangíveis aumenta de acordo com a governança corporativa, tal resultado coaduna com os preceitos de Silveira (2004), Couto (2009) e Moura, Varela e Beuren (2014), mostrando que adoção de melhores práticas de governança é bem vista pelo mercado e isso reflete positivamente na valorização da organização.

Em razão dos coeficientes das variáveis competitividade e crescimento não apresentarem significância estatística, não é possível afirmar que maiores ou menores níveis de competitividade, assim

como, maior ou menor crescimento, impactam no nível de intangibilidade das companhias familiares da amostra.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar os fatores determinantes da intangibilidade em companhias abertas familiares listadas na B3. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa dos dados, em uma amostra composta por 154 companhias familiares de diferentes setores econômicos da B3.

Em relação aos ativos intangíveis registrados pelas empresas, os resultados demonstraram que o maior nível médio de intangíveis registrado por elas foi em 2013, enquanto no ano de 2012 apresentaram o menor nível médio de representatividade de intangíveis com relação ao ativo total. Os resultados também revelaram que o setor de telecomunicações se destacou, pois apresentou o maior índice médio de 2010 a 2013, porém decrescendo de forma considerável ao longo dos anos, seguido pelo setor de bens industriais que evidenciou os maiores níveis de intangíveis em 2014 e 2015, mantendo-se em equilíbrio no decorrer de todos os anos analisados. Por outro lado, os setores que apresentaram os menores registros de intangíveis em todos os anos foram os de consumo cíclico, consumo não cíclico e materiais básicos. Ao passo que, embora o setor de petróleo, gás e biocombustível tenham apresentado níveis médios de intangíveis baixos durante os anos de 2010 a 2013, cresceu ascendentemente durante os anos de 2014 e 2015.

Constatou-se que as variáveis competitividade e crescimento não eram estatisticamente significantes, logo, não influenciavam no nível de intangibilidade das companhias familiares. Observou-se também que tanto a governança corporativa, quanto o tamanho da empresa, afetavam positivamente o nível de intangibilidade. Sendo assim, maior adoção às práticas de governança e maior tamanho da companhia refletirá em maior nível de intangibilidade.

Conclui-se, portanto, que a adoção de melhores práticas de governança é bem vista pelo mercado e isso reflete positivamente na valorização da organização principalmente no que diz respeito ao registro de seus ativos intangíveis, o que fortalece os preceitos de autores como Silveira (2004), Couto (2009) e Moura, Varela e Beuren (2014). Percebeu-se também que, similar ao descrito por Kayo et al. (2006), a partir de determinado tamanho, o crescimento passa a ocorrer com auxílio dos ativos intangíveis.

A pesquisa firmou-se no fato de que há poucos estudos que abordam a temática ativos intangíveis e seus fatores determinantes, além do que, algumas empresas ainda não divulgam os intangíveis em seus demonstrativos contábeis, dificultando uma análise mais apurada e completa. Ressalta-se que os anos da análise podem ser considerados como uma limitação ao estudo, visto que não foram analisados os anos anteriores a 2010, haja vista que muitas companhias não registravam seus ativos intangíveis no balanço patrimonial antes 2010.

Como sugestões para pesquisas futuras, orienta-se a realização de estudos com companhias que apresentem outros tipos de estrutura de propriedade, outros fatores como, por exemplo, rentabilidade, desempenho e gerenciamento de resultados, ou, até mesmo estudar a referida amostra em outros períodos de tempo.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, R. C.; REEB, D. M. Founding-Family ownership and firm performance: evidence from the S&P 500. **The Journal of Finance**, v. 58, n. 3, P. 1301-1328, 2003.

ANTUNES, M. T. P. **A influência dos Investimentos em Capital Intelectual no desempenho das empresas: Um estudo baseado no entendimento de gestores de grandes empresas brasileiras**. 2004. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2004.

ARRIGHETTI, A.; LANDINI, F.; LASAGNI, A. Intangible assets and firm heterogeneity: Evidence from Italy. **Research Policy**, v. 43, n. 1, p. 202-213, 2014.

ASTAWA, I. P.; SUDIKA, I. P.; YULIARMI, N. N. Intangible Capital and Leverage to Improve Financial Performance of LPG Agents in Bali. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 211, p. 149-156, 2015.

BACK, M. A.; MAZON, F. S. Family business management: sustainability, growth and succession. **Perspectiva**, Erechim, v. 36, n. 134, p. 137-150, jun. 2012.

BASCO, R. Tipo de orientación familiar y prácticas de dirección y gobierno. Un estudio aplicado a las empresas familiares españolas. **Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa**, Madri, v. 19, n. 2, p. 129-144, 2010.

BORGES, A. F.; BRITO, M. J.; LIMA, J. B.; CASTRO, C. L. C. Empreendedorismo em empresas familiares: a pesquisa atual e os desafios futuros. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n.2, p. 93-121, 2016.

BRASIL, **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

BRIGHENTI, J.; CHIARELLO, T. C.; ROSA, F. S. Divulgação de Ativos Intangíveis: um estudo em empresas familiares listadas na BM&FBovespa. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo, 2014. **Anais...** São Paulo: USP.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo intangível**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 10 out. 2016.

COUTO, P. B. **Ativos intangíveis e o desempenho econômico das empresas do novo mercado**. 134 f. 2009. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

DECKER, F.; ENSSLIN, S. R.; REINA, D. R. M.; REINA, D. A relação entre os ativos intangíveis e a rentabilidade das empresas listadas no índice Bovespa. **Reuna**, v.18, n. 4, p. 75-98, Belo Horizonte - MG, Brasil, out/dez. 2013.

DONNELLEY, R. G. A empresa familiar. **Revista de Administração de Empresas**, v.7, n.23, p. 161-198, 1967.

FASB – Financial Accounting Standards Board. FAS 142 – **Goodwill and Other Intangible Assets**. Emitido em junho de 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível intensivas**. 2002. Tese (Doutorado em Administração) Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2002.

KAYO, E. K.; KIMURA, H.; MARTIN, D. M. L.; NAKAMURA, W. T. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 73-90, 2006.

KAYO, E. K.; TEH, C. C.; BASSO, L. F. C. Ativos intangíveis e estrutura de capital: a influência das marcas e patentes sobre o endividamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo - RAUSP**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 158-168, 2006.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, v. 54, n. 2, p. 471–517, 1999.

LEITE, T. S.; SANTOS, D. F. L. A relação dos ativos intangíveis e o valor de mercado na indústria de materiais básicos do Brasil. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 4, n. 1, Aquidabã, Jan/jun, 2013.

LEONE, N. A sucessão não é tabu para os dirigentes da PME. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 1991. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte – MG: ANPAD.

LEONE, N. G. **Sucessão na empresa familiar**: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado. São Paulo: Atlas, 2005.

LEV, B. **Intangibles**: management, measurement, and reporting. Washington: Brookings, 2001.

LODI, J. B. A. **Empresa Familiar**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

MACHADO, J. H.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e governança corporativa no mercado de capitais brasileiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n. 16, p. 89-110, Florianópolis, Brasil, jul./dez., 2011.

MARIN, J. K.; LISZBINSKI, B. B.; KRONBAUER, C. A. Análise do reconhecimento contábil de ativos intangíveis em empresas brasileiras do setor financeiro. **ReCont: Registro Contábil**, v. 6, n. 2, Ufal, Maceió/AL, mai./ago., 2015.

MARTIN-REYNA, J. M. S., DURAN-ENCALADA, J. A. The relationship among family business, corporate governance and firm performance: evidence from Mexican stock exchange. **Journal of Family Business Strategy**, 3, 106-117, 2012.

MARTINS, E. **Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível**. 1972. Tese (Doutorado em Economia e Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MOK, H. M. K., LAM, K., CHEUNG, I. Family control and return covariation in Hong Kong's common stocks. **Journal of Business & Accounting**, v.19, n.2, p. 277-293, 1992.

MORAIS FILHO, A. C. T. D., BARONE, F. M.; PINTO, M. D. O. A produção científica em empresas familiares: um enfoque conceitual. **Revista de Administração Pública**, v.45, n.6, p. 1971- 1991, 2011.

MOURA, G.D. **Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa: Uma análise de empresas listadas na Bovespa**. 102f. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional de Blumenau, SC, 2011.

MOURA, G. D.; DALCHIAVON, A.; SCHEREN, G.; ZANIN, A. Influência da competitividade no nível de intangibilidade de companhias abertas. **Revista Reunir**, v. 8, n. 2, p. 1-11, 2018.

MOURA, G. D.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. **Revista contabilidade, gestão e governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2012.

MOURA, G. D.; MECKING, D. V.; SCARPIN, J. E. Competitividade de mercado, ativos intangíveis e eficiência na combinação dos ativos fixos em companhias abertas listadas na BM&FBovespa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 32, n. 3, p. 19-35, 2013.

MOURA, G. D.; THEISS, V.; CUNHA, P. R. Ativos intangíveis e gerenciamento de resultados: uma análise em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 11, n. 2, abril-junho, 2014.

MOURA, G. D.; VARELA, P. S. Análise da conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de administração, contabilidade e economia**, v. 13, n. 2, p. 637-662, maio/agosto, 2014.

MOURA, G. D.; VARELA, P. S.; BEUREN, I. M. Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 5, p. 140-170, 2014.

NASCIMENTO, E. M.; MARQUES, Vagner Antônio; OLIVEIRA, Marleide Cerqueira de; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial. **Ref. Cont.**, v. 31, n. 1, p.37-35, UEM Paraná, Janeiro/abril, 2012.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 1, n. 40, p. 7-24, 2006.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico da empresa. In: ENANPAD, Curitiba, 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R. Investigação sobre a relação entre ativos intangíveis e variáveis financeiras: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice IBovespa nos anos de 2007 e 2008. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo, 2010. **Anais...** São Paulo: USP.

RITTA, C.O.; ENSSLIN, S.R.; RONCHI, S.H. A evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: Empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo Largo, v. 9, n.1, p. 62-75, 2010.

ROLIM, M.V. **Estudo do nível de disclosure dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE.100f.** 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2009.

SHYU, J. Family ownership and firm performance: evidence from Taiwanese firms. **International Journal of Managerial Finance**, v.7, n.4, p. 397-411, 2011.

SILVA, F., MAJLUF, N. Does family ownership shape performance outcomes? **Journal of Business Research**, v.61, n.6, p. 609-614, 2008.

SILVA, M. D. L. R. D., RODRIGUES, A. M. G.; DUEÑAS, M. D. P. (2012). **Disclosure of intangible assets: an empirical study of financial corporations in the Iberian Peninsula.** Facoltà di Economia dell'Università di Salerno. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/21287>. Acesso em: 07 dez. 2016.

SILVEIRA, A. M. **Governança Corporativa e Estrutura de Propriedade.** Determinantes e Correlação com o Desempenho das Empresas no Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo, 2004.

SRIRAM, R. S. Relevance of intangible assets to evaluate financial health. **Journal of Intellectual Capital**, v.9, n.3, p. 351-366. <http://dx.doi.org/10.1108/14691930810891974>

STEWART, T.A. **Capital intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas.** Rio de Janeiro, Campus, 237 p, 1998.

SURROCA, J.; TRIBÓ, J. A.; WADDOCK, S. Corporate responsibility and financial performance: The role of intangible resources. **Strategic management journal**, v. 31, n. 5, p. 463-490, 2010.

SVEIBY, K.E. **A Nova Riqueza das Organizações: Gerenciando e Avaliando Patrimônios de Conhecimento.** Rio de Janeiro, Campus, 260 p, 1998.

TAVARES, M. F. N. **Reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil: Um estudo sobre o nível de conformidade das empresas listadas na Bovespa com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.** 128f. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2010.

TSAI, C.; LU, Y.; YEN, D. C. Determinants of intangible assets value: The data mining approach. **Knowledge-Based Systems**, v. 31, p. 67-77, 2012.